Sempre lembrando que os próprios marxistas divergem entre si, se por um lado, existem aqueles que vêem a tecnologia como o principal fator do desenvolvimento econômico (visão que serviu de inspiração, por exemplo, para a tese de Braverman sobre o esforço dos capitalistas para desqualificar a força de trabalho mediante a utilização da divisão do trabalho) por outro lado, existem outras perspectivas que reconhecem as lutas políticas e econômicas são indeterminadas, como aquela da escola .regulacionista, de origem francesa, que afirma que o capitalismo gera uma série de regimes de regulação cuja natureza de suas sucessivas fases dependeria também de circunstâncias históricas contingentes.

Há outra divergência com o modelo neoclássico, pois este último concebe o mundo do trabalho como povoado por indivíduos independentes, automotivados, que tomam suas decisões a partir de interesses e preferências individuais. Os marxistas enfatizam a consciência de classe, a consciência coletiva do interesse de classe que emerge quase que naturalmente das relações sociais de produção. A aglutinação de massas de trabalhadores em grandes estabelecimentos industriais, com uma detalhada divisão do trabalho, e a crescente homogeneização da força de trabalho intraindústrias construiu o principal ator coletivo da sociedade capitalista. Embora os marxistas atualmente possam adotar uma visão menos determinista e mais interativa da relação entre economia e consciência, ainda sustentam que a percepção dos interesses é poderosamente moldada pelo contexto estrutural da economia.

Deixando de lado essas diferenças, nós, tendo em vista os propósitos da análise, tentamos unificá-las e concluir que a Sociologia do Trabalho sustentou, ao longo do tempo, um tipo de consenso ortodoxo que vem sendo desestabilizado pelo movimento de, pelo menos, duas ordens de fenômenos: os estudos de gênero, que contestam tanto os limites daquilo que se considera trabalho, como a visão de que a esfera econômica possa ser tratada de maneira autônoma das demais esferas da vida, e as mudanças nas relações de trabalho, acumulação flexível ou sociedade pós-industrial, que vêm transformando a figura do trabalhador masculino em tempo integral na indústria como o arquétipo das sociedades contemporâneas. Trataremos desses dois aspectos a seguir.

É interessante relacionar a experiência no trabalho com outras esferas da vida, não apenas aquilo que se considera como a esfera própria do trabalho, como também os modelos oferecidos pela Sociologia passaram a ser revisados, principalmente a idéia de que a produção e o trabalho doméstico seriam ordenados por diferentes princípios, ou seja, de que as regras do mercado se aplicariam à produção, ao passo que o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dom natural que as mulheres aportariam ao casamento em troca de que fossem sustentadas, afirmada no século passado com a emergência da família nuclear que acompanhou a industrialização. Passou-se a questionar também as diferenças nos atributos de gênero estabelecidas e justificadas, há pouco tempo, como verdades eternas pelo discurso do senso comum e imaginadas, em algumas abordagens sociológicas, como um pré-requisito funcional da sociedade moderna.

Não pretendemos analisar o conjunto de fatores, de alta complexidade, responsáveis pelas maiores mudanças no modo de conceber as relações entre os gêneros observados nas sociedades ocidentais a partir dos anos 60. Queremos, entretanto, ressaltar que, além do ingresso alto de mulheres casadas no mercado de trabalho, e a reemergência do movimento feminista como articulador de um novo discurso sobre a condição das mulheres não pode ser ignorada.

Expor a esfera doméstica ao debate político ajudaram a dissolver a noção de harmonia ou equilíbrio entre os sexos, os tabus sobre o casamento, a sexualidade e maternidade. Se a linguagem pode servir como medidora das mudanças culturais nas relações de gênero das últimas décadas, expressões como "guerra dos sexos", "guerra na família", "exploração masculina", as contradição entre os sexos passaram a se caracterizar, freqüentemente, com o que ocorria no interior das famílias.

Logicamente que esses exageros lingüísticos tinham por meta desviar a atenção do público para um problema político: a condição feminina subalterna. Porém, de algum jeito, também sensibilizaram a Sociologia para um campo de relações sociais muito desigual e, surpreendentemente, pouco explorado pelas análises sociológicas das décadas passadas.O que nos interessa reter das análises feitas sobre a posição e experiência das mulheres no trabalho é que foram muito convincentes em mostrar a existência de um estreito vínculo entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, uma vez que os indivíduos ou coletividades de trabalhadores não estão condicionados apenas por fatores de ordem econômica, tecnológica ou política, fatores estes freqüentemente privilegiados nas explicações sociológicas.

A diferente posição de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários. A esfera familiar não deve ser mais encarada como um modelo de posições fixas, livre das influências externas gerados pelo mercado de trabalho.

Se, por um lado, observando os estudos do gênero, se enfatiza a importância dos valores culturais na compreensão do funcionamento dos mercados e das relações de trabalho, de modo contraditório, introduz-se uma abordagem econômica no cálculo do valor das atividades domésticas, e então passam serem contabilizadas em termos da sua contribuição para o funcionamento do sistema produtivo e percebidas não apenas pela óptica das qualidades expressivas e morais que encerram, mas também pelo valor econômico que carregam.

O principal resultado dessas contribuições à Sociologia pode ter sido a expansão dos limites da definição de trabalho e o aprofundamento da reflexão acerca do caráter histórico e cultural deste conceito e das atividades que abrange. Tal conceito deixou de ter o significado sobre o qual se alicerçou boa parte da nossa tradição sociológica. Seus traços passaram a ser encarados como fruto de estados culturais, de contextos cognitivos que constroem certas atividades como sendo trabalho e das instituições sociais que sustentam tais definições.

Assim, as fronteiras entre o trabalho e o não trabalho parecem menos demarcadas à medida que passamos a ver as atividades de lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças e de idosos e tantas outras tarefas domésticas como trabalho remunerado e não remunerado, embora não seja nada aleatório que o trabalho remunerado apareça, em geral, como mais valioso ou mais real do que o outro.

Rever as tradicionais distinções entre o trabalho e o não-trabalho torna-se, pois, imprensincivel para que a Sociologia possa se sintonizar com as novas realidades produtivas do presente, das quais passaramos a tratar a seguir.

O sistema produtivo no qual vivemos hoje revela intensos sinais de que a produção em massa de produtos industriais padronizados, empregando orlas de trabalhadores, pode ser considerada coisa do passado. Os empregados das indústrias estão, cada vez mais, produzindo bens especializados em fábricas que empregam consideravelmente menos funcionários e utilizam de forma crescente tecnologias que dispensam tanta mão-de-obra.

Há também forte mudança na organização espacial da produção. As empresas são hoje capazes de operar em escala global, movimentando-se por diversos países e/ou regiões, beneficiando-se do estado de "subdesenvolvimento" destes, ou seja, da presença de menores níveis salariais, da baixa incidência de conflitos industriais (falta de sindicalismo forte) e das vantagens propiciadas por isenções fiscais de vários tipos.

Outras mudanças como estas também ocorream, embora o ritmo de sua implantação varie de país para país: o crescimento significativo do emprego autônomo; o aumento das formas de contratação, como o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio; a crescente expansão de MPE (Micro e Pequenas Empresas), tanto no setor industrial como no de serviços; a queda significativa do emprego mesmo nas grandes empresas multinacionais; a forte tendência ao desmembramento de grandes empresas em pequenas unidades produtivas descentralizadas; o crescimento de novas formas de propriedade, como o franchising, ou de novos arranjos produtivos como a subcontratação.

Deste elenco de mudanças vamos focar em apenas duas, que implicam a formulação de uma nova agenda de questões para a Sociologia do Trabalho. A primeira é o intenso crescimento do setor de serviços e a declínio concomitante da participação relativa da indústria nas economias contemporâneas.